



Três propostas para reformar o Estado são entregues ao Senado

Acompanhado por ministros, Bolsonaro apresentou ontem ao Congresso PECs que reduzem gastos obrigatórios, liberam cerca de R\$ 400 bilhões a estados e municípios e revisam fundos

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, recebeu ontem do presidente da República, Jair Bolsonaro, parte de um pacote de propostas elaboradas pela equipe econômica do governo para reformar o Estado, com mudanças na divisão de impostos entre os entes da Federação e nas regras fiscais.

Davi leu as três propostas em Plenário: a PEC Emergencial, que flexibiliza a execução do Orçamento, a PEC do Pacto Federativo, que muda a distribuição de recursos entre União, estados e municípios, e a PEC

da Revisão dos Fundos Públicos, que propõe mudanças nos fundos constitucionais e infraconstitucionais. O conjunto de medidas, denominado Plano Mais Brasil, ainda será detalhado pelo governo. Os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, acompanharam Bolsonaro.

As três PECs são assinadas pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho, e pelo líder no Congresso, senador Eduardo Gomes, serão analisadas pelo Senado e, se aprovadas, vão para a Câmara. **3**



Entre senadores, Onyx Lorenzoni, Paulo Guedes, Jair Bolsonaro e Davi Alcolumbre apresentam propostas do governo

Roque de Sá/Agência Senado



Os senadores Rogério Carvalho, Flávio Arns, Rose de Freitas e Paulo Paim na sessão do Plenário que aprovou o projeto

Visão monocular pode ser considerada deficiência

Projeto que classifica a visão monocular como deficiência e assegura à pessoa que enxerga com apenas um olho os

benefícios garantidos à pessoa com deficiência foi aprovado ontem no Plenário e segue para a Câmara. O texto aprovado é

um substitutivo de Flávio Arns a projeto de Rogério Carvalho, Rose de Freitas, Wellington Fagundes e Otto Alencar. **5**

Saque do FGTS deve passar a ser de R\$ 998 **7**

Universitária gestante poderá ter aula remota **6**

Comissão externa vai monitorar óleo no Nordeste **2**

Avança proibição de bloqueio de verba para convênio **4**

Blogueiro afirma à CPI que não recebe financiamento do governo

O blogueiro Allan dos Santos, do blog Terça Livre, disse ontem à CPI Mista das Fake News que não recebe dinheiro para apoiar o governo

Bolsonaro. Ele defendeu a liberdade de opinião e afirmou que “o jornalismo de direita quer existir, mas está sendo calado”. **8**



Para Santos, quem dissemina fake news são as empresas de comunicação

Roque de Sá/Agência Senado

Texto sobre aposentadoria por periculosidade é apresentado

O senador Eduardo Braga apresentou ontem o projeto que regulamenta a aposentadoria por periculosidade. O texto é parte do acordo firmado entre governo e oposição para aprovação

da reforma da Previdência em segundo turno. Hoje a Comissão de Constituição e Justiça analisa o relatório de Tasso Jereissati à PEC Paralela, que pode ser votada em Plenário no mesmo dia. **7**



Eduardo Braga assina projeto enviado pelo governo para cumprir acordo

Marcos Oliveira/Agência Senado

Assédio a mulher em ambiente esportivo pode causar expulsão

Projeto que coíbe práticas violentas contra as mulheres nos ambientes esportivos foi aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e

Esporte. Caberá ao aparato de segurança expulsar quem assediar ou adotar qualquer atitude de violência contra torcedoras. **6**

Instalada comissão externa sobre vazamento de óleo

Na reunião de ontem, os senadores já aprovaram convites para que ministros venham à comissão explicar as medidas que estão sendo tomadas para conter o óleo e recuperar as regiões atingidas

FOI INSTALADA ONTEM comissão temporária externa para acompanhar as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral do Nordeste. O senador Fabiano Contarato (Rede-ES) foi eleito presidente do colegiado e o senador Jean Paul Prates (PT-RN) foi designado relator.

A comissão vai monitorar e avaliar as medidas tomadas pelo governo e propor soluções emergenciais para o combate às manchas de óleo. Serão feitas visitas aos locais atingidos e ouvidos técnicos na área e autoridades governamentais. Na reunião, foi aprovada

uma diligência externa no Rio Grande do Norte e em Pernambuco na sexta-feira e no sábado. Também foram aprovados convites para que deem explicações à comissão os ministros do Turismo, do Meio Ambiente e da Defesa, o secretário nacional da Pesca e o comandante da Marinha. A Polícia Federal também será convidada a explicar como está conduzindo a investigação.

Jean Paul afirmou que o momento é de diagnóstico, de descobrir a composição química do óleo para definir a origem e as medidas de combate. O senador destacou que

era mais fácil ter combatido o óleo ainda no mar, antes de atingir as praias, os arrecifes, os corais, os mangues, as areias do Nordeste e agora também do Norte e do Sudeste. O relator ressaltou que a comissão vai investigar quem não está participando do processo de limpeza do mar para possível responsabilização.

— Não só precisa ser responsabilizado quem jogou o óleo, como quem permitiu que ele fizesse o máximo de estrago, como de fato parece ter sido feito. Os danos causados aos governos estaduais, donos de pousada, pescadores e comunidade devem ser ressarcidos — disse Jean Paul.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) enfatizou que a comissão deve avaliar as investigações e dar apoio aos pescadores e aos que vivem da cadeia econômica do turismo.

Também compõem a comissão Humberto Costa (PT-PE), Styvenson Valentim (Podemos-RN), Jaques Wagner (PT-BA), Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), Rodrigo Cunha (PSDB-AL) e Daniella Ribeiro (PP-PB).



Jean Paul, relator, Contarato, presidente da CMA, e Randolfe fazem parte

Renan e Braga divulgam nota sobre intimação da PF

Os senadores do MDB Eduardo Braga (AM) e Renan Calheiros (AL) foram intimados ontem a prestar esclarecimentos à Polícia Federal em atendimento a determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin.

Em nota, os advogados José Alberto Simonetti e Fabiano

Silveira, que defendem Braga, esclareceram que o senador recebeu solicitação do delegado Bernardo Amaral para prestar esclarecimentos em inquérito do STF. “O senador está à disposição para colaborar com qualquer investigação”, ressalta a defesa de Braga.

Já a assessoria de imprensa

de Renan informou que o senador recebeu o delegado da PF em sua residência para entregar intimação de depoimento no mesmo inquérito. “O senador afirmou que é o maior interessado no esclarecimento dos fatos”, diz nota dos assessores de Renan.

Com Agência Brasil

Kajuru defende prisão provisória após 2ª instância

Um dos signatários da carta aberta a ser entregue ontem aos ministros do Supremo a favor de início da execução da pena de prisão após a decisão em segunda instância, Jorge Kajuru (Cidadania-GO) disse que o julgamento da questão desperta a atenção de toda a população.

O senador destacou o voto do ministro Luís Roberto Barroso, especialmente quando argumenta que, com a decisão em segunda instância, não é mais possível à parte apresentar provas ou discutir a sua condenação.



Major Olimpio nega referência de Bolsonaro ao AI-5

Major Olimpio (PSL-SP) afirmou ontem que o presidente Jair Bolsonaro em nenhum momento se manifestou sobre a reedição de atos institucionais, até porque não há previsão constitucional para isso. O senador disse que lamenta se o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente, fez alguma declaração nesse sentido, provavelmente por desconhecer o conteúdo do AI-5, que fechou o Congresso e suspendeu a possibilidade de habeas corpus para vários crimes, além de cassar 4 senadores e 95 deputados.



Omar condena fala de deputado sobre ato da ditadura

Omar Aziz (PSD-AM) elogiou ontem a nota oficial do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e condenou recente fala do deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) sobre a possibilidade de reedição do AI-5, instrumento editado em 1968 que tornou ainda mais brutal a ditadura militar.

— Uma coisa que o deputado Eduardo Bolsonaro tem que entender é que, se existisse o AI-5, com certeza o presidente do Brasil não seria um capitão. Seria um general, que está dando apoio a isso — afirmou o senador.



Debate aponta necessidade de crescimento sustentável

Para estimular o desenvolvimento simultâneo nas áreas ambiental, econômica e social, o Brasil e a América Latina devem executar modelos com estratégias a longo prazo e por setor, apontou seminário na Subcomissão do Grande Impulso para a Sustentabilidade.

O diretor no Brasil da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) das Nações Unidas, Carlos Mussi, afirmou que as economias no mundo inteiro têm crescido menos nos últimos anos, e na América

Latina a desigualdade social é a maior do planeta.

Para o senador Fabiano Contarato (Rede-ES), apesar de ser responsável por 70% da alimentação dos brasileiros e ocupar 23% da área produtiva, a agricultura familiar enfrenta desafios, como a inclusão tecnológica, a melhoria da oferta de emprego e a conservação de recursos naturais. Jaques Wagner (PT-BA) disse que “a miséria não é sustentável, tampouco a usura”.

— A questão da distribuição de renda é um pilar.

Pacheco ressalta viagem a Ásia e Oriente Médio

Rodrigo Pacheco (DEM-MG) salientou em Plenário a importância da missão oficial do governo à Ásia e ao Oriente Médio entre 21 e 31 de outubro. Segundo o senador, foi uma oportunidade para mostrar aos investidores o comprometimento do Brasil com reformas estruturantes. Para Pacheco, que fez parte da comitiva, o país passa por reformas importantes para o desenvolvimento, e o Parlamento é protagonista pelas importantes votações das pautas apresentadas pelo governo federal.



Rose quer tornar feminicídio imprescritível

Rose de Freitas (Podemos-ES) defendeu a aprovação da PEC 75/2019, de sua autoria, que inclui o feminicídio e o estupro no rol de crimes inafiançáveis e imprescritíveis. A proposta já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e seguiu para o Plenário, onde deve ser analisada hoje. De acordo com a senadora, um dos objetivos da PEC é reduzir a possibilidade de fuga de assassinos de mulheres.

— Ele se evade, encontra-se foragido, volta cinco anos depois e [o crime] prescreveu... Pronto, não se julga mais esse algoz de crime tão terrível, esse assassino.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CAS Cota para pessoa com deficiência**
9h Pauta de 35 itens. Às 11h, audiência para discutir o PLS 118/2011, que prevê o preenchimento de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
- CDR Exportação de frutas**
9h Audiência sobre a exportação de frutas como fator de desenvolvimento regional.
- CCJ PEC Paralela da Previdência**
10h Entre 30 itens, a PEC Paralela da Previdência (PEC 133/2019).
- CCT Biocombustíveis**
10h Audiência sobre a Política Nacional de Biocombustíveis. Entre os convidados, estão os ministros da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia e da Agricultura.
- CRA Poços artesanais**
11h O PLC 111/2015, que aprova consórcio para compra de máquinas de poços artesanais, é um dos 9 itens.
- CPMI DAS FAKE NEWS Depoimentos**
13h Representantes da Assespro Nacional e de sites de checagem de notícias.
- CMA Prevenção de enchentes**
14h Entre 13 itens, o PLC 16/2016, que institui medidas de prevenção de enchentes e deslizamentos.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h A PEC 75/2019, que estabelece que a prática do feminicídio constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, abre a pauta.
- CMCC Desenvolvimento da Amazônia**
14h30 Audiência pública para discutir novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia.
- MP 897/2019 Fundo de Aval Fraternal**
14h30 Audiência pública.
- MP 892/2019 Papéis de S.A. via web**
15h Análise do relatório.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

Senado recebe propostas de reforma do Estado

Jair Bolsonaro entregou a Davi Alcolumbre conjunto de medidas que flexibilizam Orçamento, liberam cerca de R\$ 400 bi a estados e municípios e revisam fundos constitucionais

O PRESIDENTE JAIR Bolsonaro entregou ontem ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, parte de um pacote de propostas elaboradas pela equipe econômica para reformar o Estado. São três propostas de emenda à Constituição: a Emergencial (PEC 186/2019), que pretende reduzir gastos obrigatórios, a do Pacto Federativo (PEC 188/2019), que muda a distribuição de recursos entre União, estados e municípios, e a da Revisão dos Fundos Públicos (PEC 187/2019).

O conjunto de medidas (Plano Mais Brasil), que ainda serão detalhadas pela equipe econômica, é a prioridade do governo após a aprovação da reforma da Previdência (PEC 6/2019). Um dos objetivos é descentralizar o dinheiro que fica com a União, aumentando a autonomia de estados e municípios, uma das bandeiras de campanha de Bolsonaro nas eleições. O presidente apontou que as propostas deverão ser aperfeiçoadas no Congresso e disse esperar que a votação das medidas se encerre até meados do ano que vem.

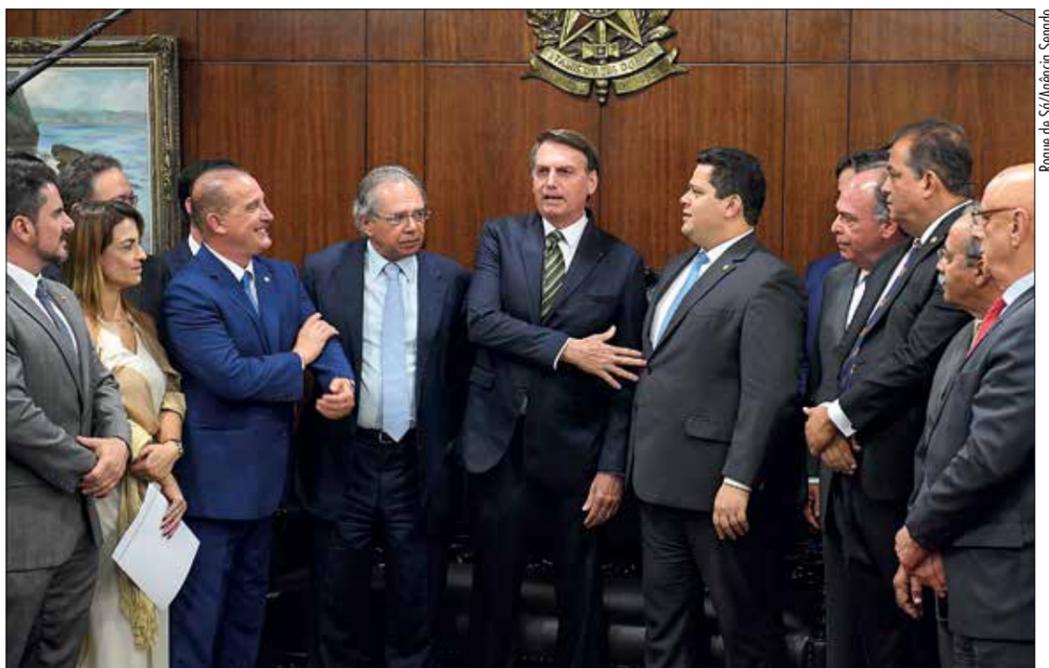
— Sempre ouvi nesta Casa que gostaríamos de continuar recebendo visitas de prefeitos e governadores a título de visita apenas, mas não para nos pedir algo orçamentário. Isso estando garantindo nesta emenda, eles decidirão o que fazer melhor porque eles vivem isso no dia a dia — disse o presidente.

A iniciativa de Jair Bolsonaro de levar pessoalmente as propostas ao Senado foi classificada por Davi como um reconhecimento ao trabalho do Parlamento na aprovação da reforma da Previdência.

— Sua presença aqui hoje, da sua equipe, é a presença do respeito à política. É um gesto de aproximação com a política e com os políticos — disse Davi.

Ao receber as propostas, o presidente do Senado afirmou que o atual Congresso será “o mais reformista” da história e enfatizou que propostas do governo se conciliam com o que a Casa pensa.

— A gente não precisa concordar com tudo, mas precisa buscar conciliação, porque o Brasil espera da gente essa conciliação — disse.



Com senadores, Onyx Lorenzoni e Paulo Guedes, Jair Bolsonaro fala em entrega de propostas a Davi Alcolumbre

Os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, acompanharam Bolsonaro na entrega das propostas. Elas serão analisadas inicialmente pelo Senado e, se aprovadas, seguirão para a Câmara. As três propostas são assinadas pelo líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), e pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE).

Propostas

Ontem mesmo, Davi leu as propostas em Plenário. A PEC do Pacto Federativo prevê, entre outros pontos, a descentralização de recursos do pré-sal, a criação de um Conselho Fiscal da República que se reunirá a cada três meses para avaliar situação financeira dos estados e medidas de desvinculação, desindexação e desobrigação do Orçamento.

A proposta determina, por exemplo, mudanças na regra que hoje destina percentuais fixos da receita com gastos em saúde e educação, permitindo que gestores públicos tenham mais flexibilidade para escolher o que é prioridade.

Já a PEC Emergencial institui gatilhos para conter gastos públicos em caso de crise financeira na União, estados e municípios.

A proposta traz uma espécie de regra de ouro para os estados, instrumento que proíbe o endividamento público para pagar as despesas correntes, como os salários do funcionalismo público, benefícios de aposentadoria, contas de energia e outros custeios. O governo aponta que a PEC Emergencial é importante para reduzir despesas obrigatórias e abrir espaço no Orçamento de 2020 para realizar os investimentos que resultem em maior benefício para a população.

Já a PEC da Revisão dos Fun-

Líder quer PEC da emergência fiscal aprovada ainda este ano

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho, espera que o Congresso aprove a PEC que cria o regime de emergência fiscal para União, estados e municípios até dezembro. O calendário de votação das três propostas apresentadas será definido hoje, em reunião na residência oficial da Presidência do Senado com os senadores e o ministro Paulo Guedes.

A equipe econômica fala em aprovar o pacote até abril, antes que parlamentares comecem a se dedicar às eleições municipais. Bezerra considera que as medidas serão bem recebidas.

— O governo trabalha com prazo de abril, mas eu acho que a repercussão que essas PECs estão tendo no Senado tem sido muito positiva — disse.

Parte das medidas previstas na proposta é temporária, valendo por dois anos. A ideia é que a proposta funcione como um preparativo para a entrada em vigor da outra PEC, a Mais Brasil, que vai criar um novo pacto federativo e um novo regime fiscal no país.

Além disso, a aprovação da PEC, ainda em 2019, segundo Bezerra, abriria margem para ampliação dos investimentos públicos no próximo ano.

Eduardo Gomes considera que o conjunto de medidas vai transformar o país.

— Esse pacote traz uma série de medidas que podem, de maneira efetiva, transformar em realidade aquilo que já é um discurso muito usado pela classe política de repactuação dos recursos federais a uma nova ordem federativa.

Soraya Tronicke (PSL-MS) afirmou que o novo pacto federativo vai dar mais autonomia aos estados e municípios.

— Isso é um marco na história do Brasil porque nunca ninguém deu tanto poder para os estados e os municípios.

Eliziane Gama (Cidadania-MA) disse que as reformas são importantes, mas o Senado precisa estudar as propostas.

— A gente não pode repetir a história do Chile. Vamos analisar cada ponto desse pacote e trabalhar exatamente nessa frente: a defesa dos brasileiros — alertou a senadora.

dos vai propor ampla revisão dos fundos constitucionais e infraconstitucionais para liberar mais de R\$ 200 bilhões hoje travados nesses fundos para abater a dívida pública.

Enquanto senadores discutem essas propostas, deputados deverão se debruçar sobre outras medidas, como a PEC da reforma administrativa, que muda as regras do serviço público. O texto deve ser encaminhado à Câmara nos próximos dias.

Repercussão

Para o senador Rogério Carvalho (PT-SE), as medidas representam “mais um pacote de maldades do governo contra a população”.

— São medidas que na sua maioria, com raras exceções, propõem conter o gasto público e mais uma vez de forma regressiva, ou seja, buscando retirar de quem tem menos para pagar juros — criticou.

Paulo Guedes: Plano Mais Brasil pretende transformar o Estado

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que as propostas entregues pelo governo têm o potencial de “transformar o Estado brasileiro”. Com o Plano Mais Brasil, acrescentou, o “Estado estará mais apto para oferecer à população um conjunto de serviços públicos que são urgentes e necessários”.

O governo argumenta que a PEC Emergencial deve acelerar o crescimento econômico, pois vai permitir que os governos cortem gastos e apliquem mais recursos em investimentos. Pelo texto, sempre que a despesa corrente superar 95% da receita corrente, sinalizando que o espaço de receitas mais regulares para financiamento da máquina está reduzido, o gestor poderá adotar uma série de medidas. Algumas atingem servidores, como a suspensão de progressão na carreira e a redução da jornada de trabalho, com diminuição do salário. A PEC prevê que 25% da economia irá para projetos de infraestrutura.

Se o governador ou prefeito não adotar as medidas, terá de abrir mão de receber

garantias da União para operações de crédito.

A PEC da Revisão dos Fundos estabelece que os fundos públicos da União, dos estados, do DF e dos municípios serão extintos se não forem ratificados pelos respectivos Poderes Legislativos por meio de lei complementar específica. Com a PEC aprovada, deverão ser extintos 248 fundos. Parte das receitas desvinculadas em decorrência da extinção dos fundos poderá ser destinada a projetos e programas voltados à erradicação da pobreza e a investimentos em infraestrutura.

Já a PEC do Pacto Federativo tem o objetivo de assegurar “fundamentos sólidos” para o funcionamento de estados e municípios. Com ela, em 15 anos cerca de R\$ 400 bilhões que iriam para a União serão destinados a estados e municípios. A proposta prevê ainda a incorporação, por cidades vizinhas, de municípios com até 5 mil habitantes e arrecadação menor que 10% da receita total. Uma cidade pode incorporar até três municípios vizinhos que estejam nessa situação.

Fim do contingenciamento para convênios avança

Segue ao Plenário proposta que impede que a União bloqueie recursos destinados a contratos e parcerias de estados e municípios com entidades públicas e privadas sem fins lucrativos que estejam regulares

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem proposta que pretende impedir o contingenciamento de recursos da União para as parcerias e convênios firmados entre estados e municípios e entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos que estejam em situação regular. O PLS 466/2015 — Complementar segue para análise em Plenário com pedido de urgência.

Da senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), o texto inclui na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101, de 2000) a proibição à limitação de empenho e pagamento de obras originárias de convênios, contratos de repasse e termos de parceria. Esses instrumentos são utilizados para estados e municípios firmarem cooperações com órgãos de governo ou com entidades como ONGs e organizações de interesse público (Oscips) para um determinado serviço, aquisição de bem ou construção de projeto.

Hoje a lei diz que só não podem ser congelados os repasses para as obrigações constituio-



Para Rose, convênios permitem execução descentralizada de programas

nais e legais do ente federado (como salário de servidores), os destinados ao pagamento da dívida pública e os ressaltadas pela lei de diretrizes orçamentárias (LDO). O projeto passa a incluir as parcerias e convênios nesse rol.

Execução

Rose lembra que os convênios, contratos de repasse e termos de parceria são instrumentos que permitem a execução descentralizada de programas, projetos e atividades essenciais aos municípios ou estados, por meio da transferência de recursos do orçamento da União. “É um

contrassenso que o governo federal continue firmando convênios que, aparentemente, não pretenda honrar”, avalia a senadora.

O relator, senador Irajá (PSD-TO), frisou o peso do ônus imposto pela União aos governos estaduais e municipais quando bloqueia as transferências orçamentárias que já estão autorizadas pela lei orçamentária federal, sob a justificativa de não haver recursos. Com isso, só cresce o número de contratos em plena execução e sem pendências que são prejudicados por interrupções unilaterais no fluxo de recursos.

Comissão aprova ISS sobre serviços de saneamento

Os municípios poderão cobrar o ISS sobre serviços de saneamento ambiental, como purificação, tratamento, esgotamento sanitário e semelhantes. A medida está prevista no Projeto de Lei Complementar (PLP) 155/2019, de Eduardo Gomes (MDB-TO), aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta seguiu para o Plenário.

O relator, Esperidião Amin (PP-SC), disse que a medida é bem-vinda: “Ela acrescenta fonte de arrecadação incidente sobre os serviços sanitários, que, de fato, demandam dos municípios, que precisam cuidar das outras externalidades geradas e lançadas na natureza”.

O senador estima que o ISS precisa ser valorizado, num

momento especialmente delicado dos entes municipais. Ele lembrou que, em 2003, isso foi cogitado, mas vetado pelo então presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Ele explicou o veto alegando que a medida não atenderia ao interesse público. Lula previu que a tributação poderia comprometer a universalização do acesso a tais serviços básicos.

Zenaide pede apoio à PEC que limita juros bancários

Zenaide Maia (Pros-RN) pediu ontem o apoio da indústria e do comércio à PEC 79/2019, que limita os juros cobrados por bancos em financiamentos e no cheque especial a três vezes a taxa Selic. A regra valerá para os juros cobrados por administradoras de cartão de crédito.

A senadora lembrou que os juros cobrados no Brasil podem chegar a 300% ao ano, no caso do pagamento do valor mínimo de uma fatura de cartão de crédito. Segundo ela, esse dinheiro poderia ser usado para a aquisição de outros bens e produtos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Plínio Valério quer mandato de 10 anos para o STF

Decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) têm comprometido a segurança jurídica do país, disse Plínio Valério (PSDB-AM). Para o senador, os magistrados mudam de opinião conforme lhes convém, e o primeiro passo para pôr fim na “jurisprudência flutuante” é aprovar a PEC 35/2015, de Lasier Martins (PSD-RS), que limita a 10 anos o mandato dos ministros do STF.

— A proposta vai acabar com isso de ministro achar que é intocável e insubstituível até completar 75 anos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rogério Carvalho critica agências reguladoras

Rogério Carvalho (PT-SE) classificou de péssimos os serviços oferecidos pelas concessionárias de serviços públicos e chamou a atenção para o descaso das agências reguladoras com os consumidores brasileiros. Ontem, no Plenário, o senador disse que a sociedade paga muito caro por serviços mal prestados e não recebe a devida proteção dos órgãos reguladores.

— Eu não estou aqui para desmerecer o papel dessas agências, mas estamos todos, de forma indiscutível, absolutamente desamparados por elas — disse Rogério.

Seguem ao Plenário regras mais rígidas para a adesão de empresas ao Refis

Regras mais rígidas para a adesão de pessoas ou empresas devedoras aos programas de parcelamento de débitos tributários e obtenção de benefícios fiscais, os chamados Refis, foram aprovadas ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O objetivo da medida é evitar a redução de créditos para a Previdência Social.

O PLS 425/2017 — Complementar é originário da CPI da Previdência de 2017 e segue para análise do Plenário, em regime de urgência.

Segundo Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a CPI e relatou o projeto na CAE, o parecer final aponta a necessidade de uma regulamentação mais criteriosa para que benefícios fiscais sejam

ofertados a contribuintes que realmente necessitem.

— A finalidade da proposição é estabelecer regras para a concessão de futuros programas especiais de regularização tributária, os conhecidos Refis, que envolvam anistia, remissão, transição, abatimento de juros de mora e parcelamentos especiais de créditos tributários. Isso para evitar que sonegadores e fraudadores se utilizem de tais benefícios para deixar de cumprir suas obrigações tributárias — disse o senador.

Pelo projeto, entre outras restrições, a adesão aos programas de parcelamento só poderá incluir débitos tributários de mais de cinco anos, contados da publicação da lei que instituir o benefício.

Regulamentação de criptoativos deve seguir as regras do sistema bancário

Especialistas que participaram ontem de debate na Comissão de Transparência (CTFC) pediram que as novas regras para regulamentação de criptoativos sejam as mesmas aplicadas às transações bancárias convencionais. A medida está prevista no PL 3.825/2019, do senador Flávio Arns (Rede-PR), que prevê até 12 anos de prisão por operações fraudulentas.

Pelo projeto, caberá ao Banco Central regulamentar e fiscalizar as operações financeiras com ativos virtuais protegidos por criptografia, que podem ser feitas por indivíduos e empresas sem a intermediação de bancos.

O senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL), que preside a CTFC, disse que a regulamentação dará maior segurança jurídica para as transações.

O representante da Federa-

ção Brasileira de Bancos (Febraban), José Geraldo Franco, disse que a regulamentação do setor oferecerá maior segurança para consumidores e investidores, mas “não pode correr o risco de limitar uma indústria nascente em franco crescimento, que vem contribuindo para a geração de empregos e movimentação da economia”. Para o representante do Banco Central, Mardilson Fernandes Queiroz, o termo criptomoeida leva a sociedade ao erro, pois o Brasil, legalmente, só reconhece o real como moeda.

Da Unidade de Inteligência Financeira (UIF), Rafael Ximenes disse que o Brasil tem até o final de 2020, quando se inicia a quarta rodada de avaliação do país pelo Grupo de Ação Financeira Internacional, para ter algo a dizer sobre como regula os ativos virtuais.



Queiroz, do BC, fala em debate conduzido por Rodrigo Cunha (C)

Adiada votação de projeto que restringe financiamento do BNDES no exterior

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou a votação de projeto de lei (PLS 261/2015) que restringe o financiamento ou a concessão de empréstimos a empresas e governos estrangeiros pelo BNDES. A proposição, do senador Reguffe (Podemos-DF), ainda passará pela

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Reguffe considera “inaceitável e revoltante” a aplicação de recursos públicos no exterior. Ele lembra que, entre 2013 e 2014, o BNDES emprestou R\$ 7,43 bilhões para Venezuela, Angola, Cuba, Gana, Bolívia e Benin.

Vai à Câmara projeto para pessoa com visão monocular

O Plenário aprovou proposta que considera quem enxerga apenas com um olho como deficiente, garantindo os direitos e benefícios que a lei determina para as pessoas classificadas nessa condição

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem, em votação simbólica, substitutivo do senador Flávio Arns (Rede-PR) a projeto que classifica a visão monocular como deficiência visual e assegura à pessoa que enxerga com apenas um olho os direitos e benefícios garantidos à pessoa com deficiência. O PL 1.615/2019 segue para a Câmara dos Deputados.

De autoria dos senadores Rogério Carvalho (PT-SE), Rose de Freitas (Podemos-ES), Wellington Fagundes (PL-MT) e Otto Alencar (PSD-BA), o projeto determina que visão monocular seja “classificada como deficiência sensorial, do tipo visual, para todos os efeitos legais”.

Na justificativa, os autores observam que indivíduos com visão monocular, além de terem problemas na definição de profundidade, apre-

sentam redução de cerca de 25% no campo visual. “Com frequência, sofrem com a colisão em objetos e pessoas, dificuldades para subir e descer escadas e meios-fios, cruzar ruas, dirigir, praticar esportes, além de outras atividades da vida diária que requerem a estereopsia e a visão periférica. Portanto, demandam cuidados especiais da sociedade, da família e do poder público”, afirmaram.

Em seu substitutivo, Arns acrescenta que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) proíbe o exercício de atividade remunerada de condução de veículos automotores para portadores de visão monocular. O relator também suprimiu do projeto original os artigos 3º e 4º que tinham o objetivo de assegurar aos portadores de visão monocular acesso a serviços públicos de saúde e

educação de melhor qualidade. Em sua avaliação, esses dispositivos criam prerrogativas para a visão monocular inexistentes para outros tipos de deficiência.

Rose de Freitas (Podemos-ES) disse que aprovar a proposta “é uma questão de justiça social às pessoas com visão monocular”. Zequinha Marinho (PSC-PA) também apoiou o texto e disse que essas pessoas ainda carecem de legislação em âmbito nacional.

O senador José Serra (PSDB-SP) declarou “apoio enfático” ao projeto, disse que várias profissões são vedadas a essas pessoas e lembrou que o Poder Judiciário já vem decidindo favoravelmente a esses indivíduos quando pleiteiam serem reconhecidos como pessoas com deficiência. Rogério Carvalho, que tem visão monocular, afirmou que, para a medicina, a deficiência que apresenta o impede de realizar cirurgias.

Fabiano Contarato (Rede-ES) afirmou que o Senado estava “corrigindo uma injustiça com os deficientes monoculares” e registrou que vários estados já reconhecem a visão monocular como deficiência.

Wellington afirmou que, atualmente, mais de 4 mil pessoas são portadoras dessa deficiência visual no país.



Rogério Carvalho, um dos autores do projeto, tem visão monocular

Leilão do pré-sal permitirá investir mais, diz relator

O relator do projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2020 (PLN 22/2019), deputado Domingos Neto (PSD-CE), disse ontem que o governo deve enviar uma nova versão do Orçamento de 2020 para o Congresso na semana que vem, após os resultados do leilão de petróleo do pré-sal, que ocorre hoje. Domingos Neto afirmou que a nova proposta deve elevar o total de

investimentos previstos para R\$ 19 bilhões.

— Com o bônus de assinatura da cessão onerosa, com o volume que vai entrar neste ano e também no ano que vem, teremos uma nova previsão de receita para 2020, o que vai permitir que a gente tenha a condição de aumentar o nível de investimento.

Segundo ele, porém, é a redução de despesas obrigatórias

que vem sendo anunciada pelo governo que abrirá espaço para esse aporte, porque o governo está impedido de gastar mais em função do teto de gastos.

O teto de gastos destina toda sobra de receita para pagamento da dívida pública. A única correção das despesas gerais é a da inflação. Segundo Domingos Neto, a equipe econômica do governo espera um ágio de 10% a 15% com o leilão.

Grupo de senadores apoia prisão em 2ª instância

Um grupo de senadores se reuniu ontem com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Dias Toffoli, para entregar uma carta de apoio à manutenção da prisão de condenados em segunda instância.

O STF analisa amanhã as ações declaratórias de constitucionalidade sobre a possibilidade de início do cumprimento da pena antes do trânsito em julgado, ou seja, de serem esgotadas todas as possibilidades de recurso (ADCs 43, 44

e 54). Até o momento, quatro ministros consideram que a possibilidade é constitucional e outros três entendem que a medida ofende o princípio da presunção de inocência.

O documento tem 43 assinaturas. Alessandro Vieira (Cidadania-SE) reforçou que, juntos, os senadores que endossam a carta representam cerca de 70 milhões de votos, de 33 diferentes estados e do DF.

Esses senadores também se reuniram ontem com o procurador-geral da República,

Augusto Aras, e manifestaram apoio a que haja andamento de investigação contra qualquer envolvido na Lava Jato, segundo Major Olimpio (PSL-SP).

Marcos do Val (Podemos-ES) observou que, caso o STF derrube a prisão em segunda instância, caberá ao Congresso aprovar proposta sobre o tema. No Senado, tramita a PEC 5/2019, de Oriovisto Guimarães (Podemos-PR), com esse objetivo, e na Câmara, a PEC 410/2018, do deputado Alex Manente (Cidadania-SP).

Senado aprova indicação de novo embaixador no Canadá

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação do diplomata Pedro Henrique Lopes Borio para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Canadá. A indicação recebeu 59 votos favoráveis, um contrário e duas abstenções.

Relator da indicação na Comissão de Relações Exteriores (CRE), o senador Chico Rodrigues (DEM-RR) disse se tratar de um diplomata “experiente e competente”.

— A indicação do presidente da República reconheceu sua capacidade para representar com altivez e grandeza nosso país no exterior — dis-

se, sendo endossado por Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Borio foi sabatinado pela CRE no final de outubro, quando destacou as negociações entre Mercosul e Canadá para o fechamento de um acordo de livre comércio até 2020. Ele explicou que o acordo abrirá o mercado de compras governamentais do Canadá, que pode chegar a US\$ 300 bilhões por ano. Borio ressaltou o potencial de inserção das empresas brasileiras no mercado internacional. É o caso das companhias de engenharia e de material pesado.

Especialistas divergem sobre mudanças no Código Comercial

Em audiência pública ontem, especialistas em direito divergiram sobre a necessidade de um novo Código Comercial, embora haja consenso sobre a necessidade de modernizar as normas existentes. O debate foi realizado na Comissão Temporária para a Reforma do Código Comercial, presidida por Angelo Coronel (PSD-BA), que analisa o PLS 487/2013.

Uma parte dos expositores considerou importante ter um novo Código Comercial para que o setor tenha mais segurança jurídica para atrair investimentos. Outra parte disse que o custo de transição será muito alto e que seria melhor criar leis independentes e melhorar normas para os problemas específicos do setor. Os que defendem a renovação do

código, no entanto, também pensam que ele não deve ser muito amplo e extenso.

Coronel disse que juristas e empresários afirmam que haverá demora para assimilar as mudanças no mundo jurídico e que, por isso, é importante fazer um código enxuto. Ele disse ainda que quer ouvir empresários de todas as regiões do país, porque quer que o código favoreça os empreendedores, que coloque o empresariado brasileiro com vontade de investir. O senador pediu sugestões aos setores envolvidos.

— Esperamos que os segmentos apresentem sugestões, para que a gente comece a lavar pelo menos o primeiro escopo desse código para fazer uma discussão, juntamente com os professores e juristas — afirmou.

RÁPIDAS

APROVADO CRÉDITO PARA PROGRAMA DE EFICIÊNCIA MUNICIPAL

O Plenário aprovou ontem o projeto de resolução do Senado (PRS 105/2019) que prevê a contratação de operação de crédito externo de até US\$ 600 milhões entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco do Brasil. O senador Rogério Carvalho (PT-SE) foi o relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O texto segue agora para promulgação. Os recursos serão utilizados no Programa de Investimento em Gestão de Infraestrutura para a Eficiência Municipal, que permite aos municípios investir em várias áreas, como administração, finanças, segurança pública, agricultura e eficiência energética.

REQUERIMENTOS DAS CPIS DAS ONGS E DA CHAPECOENSE SÃO LIDOS EM PLENÁRIO

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, leu em Plenário dois requerimentos para criação de CPis. O primeiro pede uma comissão por 180 dias para investigar a razão de os familiares das vítimas do voo da Chapecoense ainda não terem recebido suas indenizações. A CPI será composta por 11 titulares e 7 suplentes. Também foi lido o requerimento para a criação de uma CPI para apurar, durante 120 dias, as causas da ampliação do desmatamento na Amazônia. A CPI também vai analisar a paralisação do Fundo da Amazônia e o uso de recursos do exterior por ONGs que atuam na região. A comissão será composta por 11 titulares e 7 suplentes.

PEC QUE TORNA CRIME DE FEMINICÍDIO IMPRESCRITÍVEL PODE SER VOTADA HOJE

Pode ser votada hoje a PEC 75/2019, que torna o crime de feminicídio imprescritível. O texto passou ontem pela primeira sessão de discussão e, caso haja acordo entre os líderes, haverá a dispensa dos prazos de discussão para que a PEC seja votada em primeiro e segundo turno no mesmo dia e possa seguir para a Câmara dos Deputados. A proposta, de Rose de Freitas (Podemos-ES), determina que o feminicídio poderá ser julgado a qualquer tempo, independentemente da data em que tenha sido cometido. Pela lei, feminicídio é o homicídio cometido contra mulheres, motivado por violência doméstica ou discriminação de gênero.

Quem assediar mulher em estádio poderá ser expulso

Aprovado ontem na Comissão de Educação, projeto altera o Estatuto do Torcedor para coibir práticas violentas ou machistas contra mulheres em ambientes esportivos. Texto segue para a Câmara

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem projeto que coíbe práticas violentas ou machistas contra as mulheres nos ambientes esportivos (PL 549/2019). O texto altera o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671, de 2003) e determina que caberá ao aparato de segurança do evento expulsar torcedores que assediarem ou adotarem qualquer outra atitude de violência contra torcedoras que estejam em estádios, ginásios ou outra arena esportiva. O texto segue para a Câmara dos Deputados.

O projeto, da senadora Leila Barros (PSB-DF), teve relatório favorável do senador Flávio Arns (Rede-PR).

De acordo com o texto, caso a prática de assédio ou violência contra alguma mulher seja detectada antes de o torcedor entrar no recinto, ele será impedido de permanecer no local. Também será expulso ou impedido de entrar o tor-

cedor que estiver com cartaz ou bandeira com mensagens misóginas, ou o que entoe música ou cântico que desrespeite as mulheres.

O texto ainda explicita que caberá à segurança dos eventos assegurar às torcedoras proteção contra ações que lhes causem riscos de morte, lesões, sofrimentos físico, sexual ou psicológico, e contra danos moral ou patrimonial.

Quando a proposta foi discutida na CE na semana passada, a autora, Leila Barros, lembrou que relatos de assédio e atos violentos contra as mulheres “infelizmente, ainda são frequentes nos ambientes esportivos”.

Aprovado em caráter terminativo, o projeto segue para a Câmara, a menos que haja recurso para votação no Plenário do Senado.



Paulo Paim, a autora, Leila Barros, e o relator, Flávio Arns, na comissão

Colegiado adere à mobilização por novo Fundeb

Os senadores da Comissão de Educação (CE) vão aderir ao Dia Nacional de Mobilização pelo Novo Fundeb (Fundo pelo Desenvolvimento da Educação Básica), iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). O requerimento de Zenaide Maia (Pros-RN) para a participação do colegiado no evento, marcado para 27

de novembro, foi aprovado na reunião de ontem.

— Caso o Parlamento não aprove uma emenda constitucional estabelecendo o novo Fundeb, o impacto nos municípios será devastador. Continuarão tendo que investir 25% da receita em educação, mas deixarão de receber os repasses estaduais, que chegam a R\$ 22 bilhões. E os governos

estaduais deixarão de receber a complementação da União, que atinge R\$ 14 bilhões por ano — alertou a senadora.

A vigência do Fundeb acaba em dezembro de 2020, pela legislação atual (Emenda Constitucional 53/2006). O objetivo é tornar o Fundeb permanente, como determinam duas propostas em análise (PECs 33 e 65, de 2019).

Criação do Dia do Candomblé segue ao Plenário

A Comissão de Educação e (CE) aprovou o Projeto de Lei da Câmara 69/2018, que estabelece 21 de março como Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé. O relator foi Paulo

Paim (PT-RS), para quem “o candomblé é importante para a identidade cultural e religiosa de uma parcela expressiva da população”.

O projeto foi apresentado pelo deputado Vicentinho (PT-SP) e previa que o Dia

do Candomblé seria 30 de setembro.

Paim alterou a data para 21 de março, que é o Dia Internacional Contra a Discriminação Racial, estabelecido pela ONU.

O texto vai ao Plenário.

Gestantes e mães universitárias poderão ter aulas a distância

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem um projeto que concede às estudantes universitárias o direito ao acompanhamento das aulas por meios virtuais caso estejam grávidas ou amamentando. O PLS 429/2018 segue para a Câmara dos Deputados.

Pela proposta, de Ciro Nogueira (PP-PI), que teve o relatório favorável de Irajá

(PSD-TO), as estudantes terão direito ao ensino remoto a partir do oitavo mês da gravidez e durante três meses, desde que operacional e didaticamente possível. Esse período também poderá ser estendido caso haja um atestado médico nesse sentido. O objetivo é dar opções para que as acadêmicas não interrompam nem abandonem a faculdade.

Capacitação em letramento computacional vai à Câmara

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto (PL 2.342/2019) que determina que os institutos federais de educação, ciência e tecnologia (IFs) ofereçam aos professores da rede pública capacitação técnica em letramento em programação computacional.

O relator, senador Confúcio Moura (MDB-RO), explica que o letramento em programação é uma espécie de alfabetização em linguagem computacional. Consiste em ensinar a crianças e jovens conceitos e práticas da computação, usando atividades e

ferramentas adequadas para cada faixa etária.

— Os IFs são centros de excelência em ciência e tecnologia, atuam desde o ensino técnico de nível médio até a pós-graduação. Por isso, é apropriado incluir entre suas finalidades a capacitação técnica dos professores em letramento computacional — disse Confúcio.

O senador elogiou a autora do texto, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE). O projeto segue para a Câmara, a menos que haja recurso para que seja analisado antes pelo Plenário do Senado.

Para debatedores, jiu-jítsu ajuda convivência escolar e disciplina

O jiu-jítsu pode ser importante para ajudar os estudantes a terem confiança, respeito e autocontrole, segundo os professores e mestres da modalidade que participaram de audiência ontem, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A CE debateu a possibilidade de o jiu-jítsu ser incorporado como componente curricular opcional nas nove séries do ensino fundamental. A proposta (PL 4.478/2019) é do senador Chico Rodrigues (DEM-RR).

De acordo com o presidente emérito da Confederação Brasileira de Jiu-Jítsu Des-

portivo, mestre João Alberto Barreto, é preciso ensinar as crianças a se defenderem e, ao mesmo tempo, a não se tornarem arrogantes.

Na opinião do professor José Henrique Leão Teixeira Filho, o jiu-jítsu brasileiro faz sucesso em vários países e este momento deve ser aproveitado.

— O jiu-jítsu, nos Emirados Árabes Unidos, faz parte do currículo escolar. Nos Estados Unidos, o jiu-jítsu brasileiro é uma referência.

A professora Anne Evans Pereira defendeu a ampliação da proposta para o ensino especial.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Apresentado projeto que traz regras de aposentadoria por periculosidade

Texto faz exigências para que o trabalhador receba aposentadoria especial, como tempo de exposição a situações prejudiciais ou perigosas

O SENADOR EDUARDO Braga (MDB-AM) apresentou ontem o projeto que regula a aposentadoria por periculosidade (PLP 245/2019). De acordo com o texto, a aposentadoria especial será devida a trabalhadores cujas atividades sejam exercidas com exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde. O governo vai elaborar lista com esses agentes nocivos e com as atividades equiparadas. Há também referências diretas a mineração subterrânea, atividades ligadas à eletricidade e explosivos, vigilância ostensiva e transporte de valores.

O projeto contém uma série de exigências para que o trabalhador possa ser enquadrado na aposentadoria especial, como a carência de 180 contribuições mensais e regras sobre idade e tempo de exposição às situações prejudiciais ou perigosas. O texto ainda prevê multas para empresas que não mantiverem registros de atividades atualizados, regras para suspensão de benefício e possibilidade de readaptação.

Segundo Braga, o projeto estabelece critérios para aposentadoria especial com base na atividade e não com base na categoria do trabalhador. O senador afirmou ainda que o projeto não vai afrouxar regras ou retirar direitos, mas criar



Eduardo Braga destaca que texto é fruto do entendimento entre líderes

um marco legal claro. Com regras mais claras, o projeto poderá evitar a judicialização de muitos casos que buscam aposentadoria especial.

— Este não é o projeto do governo, mas é fruto do entendimento com as lideranças. O texto foi, na semana passada, amplamente discutido com vários líderes, com o próprio

governo, e o governo apresentou uma proposta de texto na sexta-feira — declarou Braga.

Durante a votação em segundo turno da reforma da Previdência (PEC 6/2019), a oposição foi contra as regras que excluíam da Constituição a possibilidade de aposentadoria especial para trabalhadores com potencial risco de vida,

como vigilantes, eletricitários e mineiros. O projeto enviado pelo governo foi uma forma de atender a um acordo firmado com a oposição pelo líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) e garantir a aprovação da reforma.

O texto é assinado por Braga para que comece a tramitar pelo Senado, onde foi firmado o acordo. Se o Executivo enviasse projeto de sua autoria, o texto teria de ir primeiro para a Câmara dos Deputados.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que a PEC da Previdência deve ser promulgada ainda neste mês. O acordo é que o Congresso só promulgue a proposta após a aprovação do projeto de Eduardo Braga, que terá como relator o senador Esperidião Amin (PP-SC).

Colegiado analisa hoje a PEC Paralela da Previdência

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) analisa hoje, às 10h, o relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) à PEC Paralela (PEC 133/2019).

O texto altera pontos da reforma da Previdência aprovada pelo Senado, em outubro, e que aguarda promulgação. A principal mudança é a inclusão de estados e municípios no novo sistema de

aposentadorias.

Tasso acatou emenda de Jorginho Mello (PL-SC) que prevê a edição de uma lei complementar para tratar da imunidade da contribuição para a seguridade de entidades beneficentes de assistência social. A PEC Paralela também traz a possibilidade de criação do benefício universal infantil, aprofundando

a seguridade social da criança já prevista na proposição original. O benefício concentrará recursos nas famílias mais pobres e na primeira infância.

O texto ainda permite a manutenção do piso de um salário mínimo para a pensão de servidores e a possibilidade de contribuição extraordinária para estados e municípios.

Comissão amplia saque em medida do FGTS de R\$ 500 para R\$ 998

A comissão mista da medida provisória que criou a modalidade de saque-aniversário nas contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aprovou ontem o relatório preliminar sobre a MP 889/2019. O texto precisa ser votado nos Plenários da Câmara e do Senado.

A MP prevê que os trabalhadores poderão optar por sacar um percentual dos saldos de suas contas do FGTS anualmente, no mês de seu aniversário. Editada em julho, a proposição permitiu aos trabalhadores com contas vincu-

ladadas ao fundo um saque imediato de até R\$ 500. Contudo, o projeto de lei de conversão apresentado pelo deputado Hugo Motta (Republicanos-PB) amplia esse valor para R\$ 998 (valor atual do salário mínimo), como forma de reaquecer o consumo e a economia.

O relator explicou que acordo mantido entre governo e oposição garantirá o saque total para as contas que tinham saldo de até um salário mínimo em 24 de julho deste ano, data em que a MP entrou em vigor. O saque de valores residuais de até R\$ 80, para os que optarem

pelo saque imediato de até R\$ 998, ocorrerá após 180 dias da publicação da lei que resultará da MP, cujo prazo de vigência, já prorrogado, expira em 20 de novembro.

O texto aprovado na comissão mista abre possibilidade de saque da conta do FGTS caso o trabalhador ou qualquer de seus dependentes tenham doenças raras. O texto também acaba com a “multa” adicional de 10% sobre os depósitos, no caso das demissões sem justa causa.

O projeto de conversão prevê que as demonstrações finan-

ceiras do FGTS estarão concluídas até 30 de abril de cada ano, e não mais em dezembro, para que a auditoria externa criada para o Conselho Curador do fundo tenha tempo hábil de analisar as contas e viabilizar a distribuição dos recursos aos trabalhadores. Também prevê que até 0,04% (e não mais 0,1%) do total dos ativos do fundo serão destinadas às despesas do Conselho Curador, o que dará uma média de R\$ 200 milhões anuais, estima o relator. A taxa de administração do fundo pela Caixa Econômica Federal foi mantida em 0,5%.

Relatora apoia MP que desobriga publicação impressa de balanços

A senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) apresentou ontem, na comissão mista, seu relatório a favor da medida provisória que dispensa a publicação de balanços de empresas em jornais impressos (MP 892/2019), mas a reunião foi suspensa por um pedido de vista e será retomada hoje, às 15h. A votação

nominal ficou para terça-feira.

A MP permite que empresas de sociedades anônimas abertas ou fechadas divulguem seus documentos de publicação obrigatória apenas nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da própria empresa e da bolsa de valores onde suas ações são negociadas.

Soraya disse que iria manter o texto original da MP, considerando o avanço da tendência à digitalização dos jornais, mas decidiu acolher emendas que ampliam o tempo de adaptação dos veículos impressos. No relatório, a senadora diz que, nos últimos 4 anos, as estatais do setor elétrico gastaram R\$

46,5 milhões na publicação de balanços, e as empresas privadas dispõem de uma média de R\$ 370 mil em publicações. Para ela, esse valor representa uma restrição a empresas de menor porte ingressarem no mercado de capitais numa era em que a internet já proporciona a necessária transparência.

Para Paim, PEC Paralela não deve ser votadas às pressas

Paulo Paim (PT-RS) pediu que não se vote “às pressas” nem a PEC 133/2019, nem o projeto de lei complementar para garantir aposentadoria especial apresentado pelo governo para quem trabalha em área de risco. A primeira é a PEC Paralela à reforma da Previdência (PEC 6/2019), que inclui estados e municípios. Já o projeto de lei complementar pretende regular destaque aprovado no Plenário.

O senador disse que, na regulação proposta pelo governo, a ideia não é detalhar quais as categorias incluídas, mas definir o conceito do que é aposentadoria especial para quem trabalha em área periculosa.

Zequinha apresenta reivindicações do setor de mineração

Zequinha Maranhão (PSC-PA) apresentou em Plenário reivindicações do setor de mineração do Pará.

Os principais pontos levantados dizem respeito ao dia a dia dos mineradores e garimpeiros. Eles querem a possibilidade de exploração de manganês e cobre e a abertura para exploração mineral nas unidades de conservação. Outra modificação legal sugerida pelos mineradores, disse o senador, é repassar para o município a responsabilidade de conceder licença para exploração mineral de pequeno porte.

Kátia Abreu destaca audiência sobre a Rodovia Transbananal

Kátia Abreu (PDT-TO) destacou ontem audiência em Gurupi (TO) para viabilizar a implantação da Rodovia Transbananal, um trecho de 90 quilômetros que corta a Ilha do Bananal, ligando os estados do Tocantins e de Mato Grosso.

— Nós vamos fazer essa estrada porque o Brasil precisa. Essa travessia é muito importante. Além de fomentar o turismo na Ilha do Bananal, vai agregar valor para a cultura indígena, para os seus hábitos, para o turismo de experiência, que está tão na moda hoje no mundo inteiro — ressaltou.

Blogueiro diz em CPI Mista que não recebe verbas do governo Bolsonaro

Allan dos Santos, do blog Terça Livre, atacou as empresas de comunicação e defendeu a existência de um jornalismo de direita no país

OUVIDO ONTEM PELA CPI Mista das Fake News, que investiga assédio virtual e notícias falsas nas redes sociais, Allan dos Santos, do blog Terça Livre, negou receber dinheiro para apoiar o governo, defendeu a liberdade de opinião e disse que “o jornalismo de direita quer existir, mas está sendo calado”. Ele foi convocado a partir de requerimento do deputado Rui Falcão (PT-SP), que apontou o blogueiro como um grande disseminador de notícias falsas para beneficiar o presidente Jair Bolsonaro.

Para Santos, são “as grandes empresas de comunicação que promovem desinformação”. O blogueiro informou que criou o blog em 2014 para “vencer



Senador Angelo Coronel e Allan dos Santos, durante depoimento em CPI

o comunismo, as Farc [Forças Revolucionárias Colombianas] e todo o trabalho de guerrilha armada no Brasil”. Ele reiterou seu apoio a Bolsonaro, mas negou receber financiamento do governo, e chegou a concordar com pedido da relatora,

deputada Lídice da Mata (PSB-BA), de quebra do seu sigilo bancário e fiscal, mas mudou de ideia. Santos também foi questionado sobre publicações do blog, como a suposta internação do jornalista norte-americano Glenn Greenwald

Roque de Sá/Agência Senado

com “infarto causado por overdose de cocaína” e a atribuição à jornalista Constança Rezende de postagem falsa sobre ditadura no Brasil após o assassinato da vereadora Marielle Franco.

Ele disse que deve resguardar o sigilo das fontes e que só responderá em juízo aos citados diretamente. Além disso, disse que ele próprio já foi vítima de notícias falsas, como a de que teria acompanhado Bolsonaro em viagem ao exterior no avião presidencial. Também negou que tenha mansão com aluguel pago pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

O próprio deputado se pronunciou e defendeu Santos. Ele disse ter sido acusado de usar dinheiro do fundo partidário para pagar a sua lua de mel e atribuiu a notícia falsa à “perseguição da esquerda”.

Lucas repudia incitação contra parlamentar

Lucas Barreto (PSD-AP) criticou ontem o deputado federal Pastor Marco Feliciano (Podemos-SP), por incitar o presidente do PSL no Amapá, Pastor Guaracy, a promover uma campanha de difamação contra Randolfe Rodrigues (Rede-AP), pelas redes sociais.

— Não é novidade para ninguém que o senador Randolfe e eu temos visões diferentes, mas sempre nos respeitamos, pois vivemos numa democracia e é preciso agir com equilíbrio. Atitudes assim não são de bom tom para a política.

— Não é novidade para ninguém que o senador Randolfe e eu temos visões diferentes, mas sempre nos respeitamos, pois vivemos numa democracia e é preciso agir com equilíbrio. Atitudes assim não são de bom tom para a política.

Veneziano presta solidariedade a senador do Amapá

O senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) se solidarizou ontem com Randolfe Rodrigues (Rede-AP), diante de ameaça feita pelo deputado federal Pr. Marco Feliciano (Podemos-SP), que pediu que Randolfe tenha a imagem “espancada” em um ataque nas redes sociais.

—Eu quero me solidarizar com o senador Randolfe Rodrigues, da mesma forma como pedir à Câmara dos Deputados a devida atitude e as providências quanto às declarações [dos deputados] — afirmou o senador.

—Eu quero me solidarizar com o senador Randolfe Rodrigues, da mesma forma como pedir à Câmara dos Deputados a devida atitude e as providências quanto às declarações [dos deputados] — afirmou o senador.

Flávio Arns pede que conselho para idosos não mude

Ao lembrar que a Pastoral da Pessoa Idosa comemorou 15 anos ontem, Flávio Arns (Rede-PR) fez um apelo para que o governo reavalie a decisão de reformular a composição do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

De acordo com o senador, o decreto com a nova estrutura foi publicado em junho e diminuiu a participação da sociedade para apenas três representantes.

Arns informou que o conselho era composto por 14 representantes do governo e 14 da sociedade, o que possibilitava a participação de setores essenciais para melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa.

Randolfe quer convocação de deputado Marco Feliciano

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) apresentou requerimento para que o deputado Marco Feliciano (Podemos-SP) seja convocado a depor na CPI Mista das Fake News. O pedido foi apresentado após a divulgação de um áudio em

que o deputado pede ajuda para ações contra Randolfe nas redes sociais. Randolfe e Feliciano são integrantes do colegiado.

A ação de Feliciano veio após uma discussão no Twitter, motivada pelo anúncio de que Randolfe faria

uma representação contra o presidente Jair Bolsonaro, na Procuradoria-Geral da República, por obstrução de justiça no caso Marielle. No áudio, o deputado pede a um aliado ajuda para “organizar um grupo de pessoas para espancar” o senador no Twitter.

Governo avalia retomada total da Ferrovia Transnordestina

A concessão da Ferrovia Transnordestina deve ser completamente retomada pelo governo caso a Transnordestina Logística, da Companhia Siderúrgica Nacional, não apresente projetos que justifiquem o custo total da obra.

Superintendente da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Alexandre Porto disse no Comitê de Obras com Índícios de Irregularidades Graves da Comissão Mista de Orçamento (CMO) que o indicativo de retomada da malha 2, parte mais nova da obra, já está sob avaliação.

A malha 1 já teve a caducidade do contrato aprovada pela direção da agência em outubro, mas a palavra final sobre a retomada cabe ao Ministério da Infraestrutura. Por causa disso, a ANTT notificou a concessionária para que apresente um projeto de custo total da obra.

O coordenador do comitê, deputado Filipe Barros (PSL-PR), questionou o assessor do Ministério da Infraestrutura Marcos Felix sobre os planos do Executivo mas ele informou que o governo está conversando com os envolvidos.

Debate propõe melhorar atenção a pacientes com glicogenose

Em audiência conjunta das Subcomissões Permanentes da Pessoa com Deficiência e sobre Doenças Raras, mediada por Flávio Arns (Rede-PR), debatedores apontaram providências para aprimorar o atendimento a pacientes com glicogenoses.

Glicogenoses são doenças genéticas que afetam o metabolismo do glicogênio no fígado ou nos músculos. Segundo a médica Carolina Fischinger, do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, uma das maiores dificuldades enfrentadas é a demora no atendimento.

— Hoje os afetados pela

condição devem esperar na fila como qualquer outro paciente. E não há tempo para se tratar essa doença. Deve ser tratada e diagnosticada imediatamente.

Fundador da Associação Brasileira de Glicogenoses Hepáticas e Musculares, Leandro Rodrigues Pereira destacou os benefícios que o tratamento adequado proporciona.

— A vida do paciente pode e deve ser plena. Quem não dispõe de recursos para o tratamento enfrenta dificuldades muito maiores, passando muito tempo de sua vida internado em hospitais.

RÁPIDAS

ISENÇÃO DE IR SOBRE LUCROS E DIVIDENDOS SERÁ TEMA DE DEBATE

O projeto que prevê a cobrança de Imposto de Renda sobre lucros e dividendos distribuídos por pessoas jurídicas será discutido em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O pedido para o debate foi aprovado ontem. Representantes da CNI e da Febraban estão entre os convidados para o debate.

VÃO A PLENÁRIO DOIS NOMES PARA O CONSELHO DE JUSTIÇA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem as indicações de Tânia Reckziegel e Flávia Pessoa para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Indicadas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), ambas receberam 18 votos favoráveis e nenhum contrário. As indicações seguiram para análise do Plenário.

COMISSÃO APROVA MOBILIZAÇÃO OLÍMPICA PARA 2020

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem o projeto de Leila Barros (PSB-DF) que torna 2020 o Ano da Participação Olímpica Brasileira (PL 5.183/2019). Além de 2020 ser o ano das Olimpíadas em Tóquio, marca o centenário da primeira vez que o Brasil participou das Olimpíadas. O texto deve ir a Câmara.

GRUPO PARLAMENTAR BRASIL-PANAMÁ ELEGE INTEGRANTES

O Grupo Parlamentar Brasil-Panamá definiu ontem os membros da comissão executiva. A criação foi solicitada por Antonio Anastasia (PSDB-MG) e tem como objetivo incentivar as relações entre os parlamentares dos dois países, facilitar a aprovação de atos bilaterais e tratar de questões de interesse legislativo comum.

AVANÇAM PROJETOS SOBRE CAPITALS DO AÇAI E DA EDUCAÇÃO

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem a proposta de Cid Gomes (PDT-CE) que torna Sobral, no Ceará, a Capital Nacional da Educação (PL 3.700/2019). O relator foi Confúcio Moura (MDB-RO). A CE ainda aprovou o reconhecimento de Belém como a Capital Nacional do Açaí (PLS 26/2018). O relator foi Zequinha Marinho (PSC-PA).